



PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Ref.ª0021/Conc. da Expl.das Instal. da PAENAL/SNLHOLDINGS/CP/2023

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

**CONCURSO PÚBLICO N.º Ref.ª0021/Conc. da Expl.das Instal.
da PAENAL/SNLHOLDINGS/CP/2023**

**CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA PAENAL
- PORTO AMBOIM ESTALEIROS NAVAIS, LDA., EM PARCERIA
COM A SONANGOL**

Luanda, 19 de Dezembro de 2023

Programa de Procedimento



PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Ref.ª0021/Conc. da Expl.das Instal. da PAENAL/SNLHOLDINGS/CP/2023

PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Público N.º 000/2023

Luanda, 19 de Dezembro 2023

ÍNDICE

1. Objecto do Procedimento	5
2. Entidade Adjudicante.....	5
3. Órgão que tomou a decisão de abertura do concurso	5
4. Comissão de Avaliação.....	5
5. Regime Legal Aplicável.....	6
6. Consulta e Obtenção de Cópia das Peças do Procedimento.....	6
FASE DE PROPOSTAS.....	
8. Concorrentes.....	
9. Requisitos de capacidade financeira.....	7
10. Associação de Concorrentes.....	7
11. Admissão de Concorrentes Estrangeiros	8
12. Representantes Credenciados	8
13. Visitas	9
QUALIFICAÇÃO DOS CONCORRENTES	
14. Forma e Modo de Apresentação das Propostas	10
15. Documentos das Propostas	10
16. Prazo de Apresentação das Propostas	12
17. Análise e Avaliação das Propostas.....	12
18. Esclarecimentos sobre as Propostas e Exclusão de Propostas.....	14
19. Qualificação dos Concorrentes	14
20. Anúncio Prévio de Qualificação	14
21. Prazo de reclamação.....	15
22. Relatório Final de Qualificação	15
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA	
23. Forma e Modo de Apresentação da Proposta Financeira.....	16
24. Assinatura da Proposta.....	16
25. Prazo de Apresentação das Propostas	16
ACTO PÚBLICO.....	
26. Formalidade do Acto Público	17

27. Sessão Pública	
28. Critério de Adjudicação	18
29. Publicação dos Documentos	18
30. Recursos administrativos.....	18
HOMOLOGAÇÃO DO ACTO PÚBLICO, ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	18
31. Homologação do Acto Público e Adjudicação do Contrato	18
32. Causas de Não Adjudicação	18
33. Caducidade da Adjudicação.....	19
34. Contrato.....	20
35. Minuta de Contrato.....	20
36. Celebração e Outorga do Contrato Escrito	20
37. Contagem dos Prazos	21
38. Foro competente	21
39. ANEXOS	21

1. Objecto do Procedimento

- 1.1. O presente Procedimento tem por objecto a selecção de interessados para concessão da exploração das Instalações da PAENAL – PORTO AMBOIM ESTALEIROS NAVAIS, LDA., em parceria com a Sonangol, com a finalidade de reestruturar o negócio e dinamizar a rentabilização do Estaleiro.

2. Entidade Adjudicante

- 2.1. A entidade adjudicante é a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol, E.P., com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, na Rua Rainha Ginga, n.º 29-31, capital social de AKZ: 1 000 000 000 000,00, titular do Número de Identificação Fiscal 5410003284.

3. Órgão que Tomou a Decisão de Ceder a Concessão da Exploração

- 3.1. A autorização para a realização do concurso para cessão da exploração da sociedade PAENAL - PORTO AMBOIM ESTALEIROS NAVAIS, LDA, com a finalidade de reestruturar, dinamizar e rentabilizar o negócio da empresa, mediante identificação de parceiros com capital e experiência no ramo de actividade da Paenal, foi mediante Deliberação do Conselho de Administração da Sonangol, E.P.

4. Comissão de Avaliação

- 4.1. A Comissão de Avaliação é o órgão *ad hoc* constituído e nomeado pela Entidade Adjudicante por Despacho do Presidente do Conselho de Administração, nos termos da alínea j) do número 1 do artigo 13.º, conjugado com o artigo 17.º dos seus Estatutos, que deverão ser responsáveis pela condução do procedimento do concurso.

Morada: Rainha Ginga nº 29-31, Ingombotas, Luanda

Att.: Comissão de Avaliação para o Processo de Concessão do Direito de Exploração em parceria com a Sonangol, E.P., na sociedade Paenal – Porto Amboim Estaleiros Navais, Lda.

Telefone: +244 226 642 010

Email: comissao.paenal@sonangol.co.ao

Horário de funcionamento: 8h:00 às 17h:00.

- 4.2. O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos estarão disponíveis a partir do dia 19 de Dezembro de 2023 no Endereço Internet (URL): www.sonangol.co.ao

4.3. A constituição, funcionamento e competência da Comissão de Avaliação encontram-se definidos nos artigos 421.º, 432.º, 443.º da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro – Lei dos Contratos Públicos (LCP).

4.3.1. As deliberações da Comissão de Avaliação são tomadas no âmbito da condução do procedimento de concurso público, sendo comunicadas aos interessados durante o próprio acto;

4.3.2. Das deliberações da Comissão de Avaliação, os concorrentes podem reclamar e interpor recurso hierárquico, nos termos do artigo 78.º da LCP.

5. Regime Legal Aplicável

5.1. O presente Concurso rege-se pelo disposto no presente Programa do Concurso e respectivos anexos, assim como, por quaisquer documentos sobre esclarecimentos e rectificações que venham a ser prestados e efectuados, que façam ou venham a fazer parte integrante das referidas Peças do Procedimento.

5.2. À tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Programa do Concurso, e nos respectivos anexos, aplica-se o regime previsto na LCP, regulamentos internos da Sonangol, E.P e demais regimes subsidiários.

6. Consulta e Obtenção de Cópia das Peças do Procedimento

6.1. Nos termos do artigo 69.º da LCP, as peças do procedimento encontram-se disponíveis no (i) endereço que consta no ponto 4.2 do presente Programa do Concurso, onde os Concorrentes podem obter cópias, a partir da data da publicação do anúncio, e (ii) Portal da Sonangol (www.sonangol.co.ao).

7. Esclarecimentos e Rectificação das Peças do Procedimento

7.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças relativas ao presente Concurso são da competência da Comissão de Avaliação, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimentos para o correio electrónico **comissão.paenal@sonangol.co.ao**, no prazo de quinze (15) dias úteis, a contar da data da primeira publicação do anúncio do presente concurso. A Comissão de Avaliação deve prestar os esclarecimentos por escrito.

7.2. Por iniciativa própria, pode a Comissão de Avaliação, proceder à rectificação de erros ou pronunciar-se sobre as omissões nas peças do procedimento até a data fixada para a entrega da proposta financeira.

- 7.3. Os esclarecimentos e as rectificações referidas nos números anteriores passam a fazer parte integrante dos documentos do concurso, prevalecendo sobre estes em caso de divergência e devem ser, de imediato, publicitados através de aviso a todos os interessados, ou, quando aplicável, publicitados na plataforma electrónica da Entidade Adjudicante, juntando-se às peças do procedimento que se encontrem disponíveis para a consulta.

8. Requisitos de capacidade financeira

- 8.1. Sob pena de exclusão, os concorrentes devem apresentar os seguintes documentos:
- 8.1.1. Balanços, demonstrações de resultados ou quaisquer outros documentos de natureza contabilística ou financeira, que demonstrem a situação patrimonial, económica ou financeira dos concorrentes, referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023;
- 8.2. Comprovativo de situação tributária regular perante o Estado (Certidão de não devedor);
- 8.3. Comprovativo de situação regular relativamente às contribuições para o fundo de financiamento à Segurança Social em Angola;

9. Associação de Concorrentes

- 9.1. Podem concorrer ao presente Concurso as associações ou agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, em regime de responsabilidade solidária.
- 9.2. Os membros de uma associação ou agrupamento de concorrentes não podem, por si, individualmente ou integrando uma outra associação, concorrer ao mesmo procedimento.
- 9.3. Todos os membros de uma associação ou agrupamento de concorrentes devem, cumulativamente, assumir a responsabilidade solidária perante a Comissão de Avaliação pela manutenção da Propostas, e caso qualificados, da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações referentes ao procedimento, à adjudicação da proposta, à celebração e execução do contrato.

- 9.4. As entidades que compõem a associação ou agrupamento devem designar um representante comum para a prática de quaisquer actos respeitantes ao presente Concurso, incluindo a assinatura da Propostas e da proposta financeira, em caso de qualificação, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem.

10. Admissão de Concorrentes Estrangeiros

- 10.1. Podem concorrer ao presente Concurso as pessoas singulares ou colectivas estrangeiras que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no ponto 9.1 do presente Programa do Concurso.

11. Representantes Credenciados

- 11.1. Cada Concorrente ou cada Associação ou Agrupamento de Concorrentes poderá ter até 2 (dois) Representantes Credenciados.
- 11.2. A comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados se dará:
- 11.2.1. Para empresas angolanas: mediante instrumento de mandato ou procuração que comprove poderes para praticar, em nome do Concorrente, todos os actos referentes ao Concurso Público (incluindo os poderes de receber citação, representar o Concorrente administrativa e judicialmente, fazer acordos e renunciar a direitos);
 - 11.2.2. Para Associação ou Agrupamento de Concorrentes: mediante instrumento de mandato ou procuração mencionado no item anterior, outorgado pela Empresa Líder;
 - 11.2.2.1. Indicação da Empresa Líder como responsável pelos actos praticados pela Associação ou Agrupamento de Concorrentes perante o Ministério das Finanças;
 - 11.2.2.2. Procurações outorgadas pelos associados à Empresa Líder, conferindo-lhe poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, comprometer-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objecto do contrato de reprivatização;

11.2.2.3. Documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme última alteração arquivada no registo empresarial ou civil competente).

11.2.3. No caso de empresa estrangeira isoladamente, mediante apresentação de:

11.2.3.1. Instrumento de procuração outorgado a representante residente em Angola, que comprove poderes para:

- i. Praticar, em nome do Concorrente ou da Empresa, todos os actos referentes ao Concurso Público;
- ii. Receber citação e representar o Concorrente administrativa e judicialmente;
- iii. Fazer acordos e renunciar a direitos.

11.2.3.2. Documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, reconhecidos pela representação consular angolana, observado, quando for o caso, devidamente traduzidos em português.

11.3. Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de um único Concorrente.

12. Visitas

12.1. Os concorrentes podem solicitar à Comissão de Avaliação, mediante agendamento, enviando o seu pedido através do endereço electrónico que consta no ponto 4.1 do presente Programa do Concurso, o acesso à Sociedade objecto do presente procedimento, devendo inteirar-se das condições locais que influenciem o modo de execução do mesmo, a fim de realizar o reconhecimento e levantamentos necessários à boa elaboração e apresentação das suas Propostas, vinculando-se, às mesmas, não podendo, posteriormente, reclamar quaisquer erros e/ou omissões e trabalhos há mais, não previstos por si, nas suas Propostas.

- 12.2. As visitas ao local deverão ser realizadas até à data estabelecida para apresentação das Propostas.

13. Forma e Modo de Apresentação das Propostas

- 13.1. As propostas devem ser apresentadas em suporte de papel, no endereço constante do ponto 4.1, mediante assinatura de protocolo ou por carta registada com aviso de recepção, podendo ser submetidas cópias para o endereço de correio electrónico da Comissão de Avaliação e constante do ponto 4.1.
- 13.2. Os documentos constitutivos da Proposta devem ser apresentados em duplicado, encerrados em invólucro opaco, fechado e lacrado, em cujo rosto se deve escrever a palavra “Documentos da Proposta”, e o nome ou a denominação do concorrente, devendo nele incluir-se o duplicado de cada um dos documentos.
- 13.3. Os invólucros referidos no número anterior devem, por sua vez, ser guardados num outro invólucro opaco, fechado e lacrado, em cujo rosto se indica a designação do procedimento, em conformidade com o modelo de apresentação constante do [Anexo A](#).
- 13.4. Os documentos quando formados por mais de uma folha, devem constituir fascículo indecomponíveis com todas as páginas numeradas, criados por processo que impeça a separação ou o acréscimo de folhas, devendo a primeira página escrita de cada fascículo mencionar o número total de folhas.
- 13.5. A proposta e os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência sobre os originais.

14. Documentos da Proposta

- 14.1. A Proposta é constituída pelos seguintes documentos:
- 14.1.1. Declaração subscrita na qual o concorrente indica o seu nome, número de contribuinte, número de bilhete de identidade e domicílio ou, no caso de se tratar de pessoa colectiva, o respectivo número de identificação, denominação social, sede, nome dos titulares dos respectivos órgãos de administração, de direcção ou de gerência e de outras pessoas com

Ref.º0021/Conc. da Expl.das Instal. da PAENAL/SNLHOLDINGS/CP/2023

poderes para a obrigarem, bem como, o registo comercial ou equivalente, conforme [Anexo B](#) do presente Programa do Concurso.

14.1.1.1. Declaração do concorrente de aceitação incondicional do conteúdo do Caderno de Encargos e do Programa do Concurso elaborado em conformidade com o modelo constante no [Anexo E](#);

14.1.1.2. Declaração de compromisso subscrita pelo concorrente;

14.1.1.3. Os documentos de habilitações a serem apresentados são os requeridos no artigo 59.º da LCP para o referido procedimento, nomeadamente:

15.1.1.3.1. Comprovativo da regularização das contribuições para a segurança social em Angola ou cópia autenticada – Emitida pela entidade responsável pela Segurança Social;

15.1.1.3.2. Comprovativo actualizado da regularização da situação tributária perante o Estado Angolano ou cópia autenticada – Emitida pela Repartição Fiscal;

15.1.1.3.3. Declaração, nos termos do [Anexo B](#), onde consta denominação social, sede, sucursais que devam estar envolvidas na execução do contrato, nomes dos titulares dos seus Órgãos de Administração, Direcção ou Gerência e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, Registo Comercial ou equivalente;

15.1.1.3.4. Declaração de autorização de pesquisa de informação, de acordo com o modelo do [Anexo D](#);

14.1.1.4. As pessoas singulares devem apresentar o Bilhete de Identidade, Cartão de contribuinte, comprovativo de situação

regularizada relativamente à Segurança Social, comprovativo da regularização da situação tributária perante o Estado angolano.

- 14.2. Todos os documentos da Propostas devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência sobre os originais.
- 14.3. No caso de investidores estrangeiros, os documentos acima mencionados, que apenas poderão ser obtidos no seu país de origem, deverão fazer expressa menção de que são emitidos com vista a instruir propostas em concurso público no processo de reprivatização na República de Angola.
- 14.4. Todos os demais documentos deverão ser apresentados na sua forma original ou cópia autenticada e rubricados pelos respectivos Representantes Credenciados.
- 14.5. Todos os documentos apresentados pelos Concorrentes ficarão sob guarda da Comissão de Avaliação até o decurso do prazo de 15 (quinze) dias a contar da desqualificação do mesmo ou assinatura do Contrato.

15. Prazo de Apresentação das Propostas

- 15.1. As Propostas devem ser entregues, até às 17h:00 horas, do dia 30 de Março de 2024, no endereço e horário de funcionamento indicado no ponto 4.1. do presente Programa do Concurso.
- 15.2. Só serão admitidas ao concurso as Propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no número anterior do presente artigo.
- 15.3. Não serão consideradas as Propostas que cheguem depois de terminado prazo, sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.

16. Análise e Avaliação das Propostas

- 16.1. No dia útil imediatamente subsequente ao término do prazo para a entrega das Propostas, a Comissão de Avaliação reúne-se em sessão reservada para abertura das Propostas.

- 16.2. Excepcionalmente, por motivo justificado, e com prévia aprovação da Comissão Avaliação, pode a abertura das Propostas realizar-se dentro de 15 (quinze) dias subsequentes ao indicado no número anterior.
- 16.3. Na sessão reservada referida no número anterior, a Comissão de Avaliação procede à análise e avaliação das Propostas, a fim de verificar se as mesmas padecem de alguma causa de exclusão.
- 16.4. Não são admitidas as Propostas cuja análise formal dos seus documentos revele:
- 16.4.1. Que não contenham todos os documentos solicitados no presente Programa do Concurso;
 - 16.4.2. Que não respeitam a forma e o modo de apresentação dos documentos nos termos do presente Programa do Concurso;
 - 16.4.3. Que não sejam redigidos em língua portuguesa, ou que, não sendo redigidos em língua portuguesa na sua forma original, não se façam acompanhar pela respectiva tradução devidamente legalizada;
 - 16.4.4. Que omitam elementos exigidos no programa do concurso relativos à execução do contrato.
 - 16.4.5. Cujas análises revele que tenham sido entregues por concorrentes ou associação de concorrentes em contravenção ao disposto no artigo 81.º da LCP.
- 16.5. As Propostas, relativamente às quais não se verifica quaisquer causas de exclusão, conforme os impedimentos referidos no artigo 56.º da LCP, seguem para verificação de todos os documentos que a constituem, deliberando sobre a sua admissão ou propondo a sua exclusão. Posteriormente, é verificado o cumprimento dos requisitos de capacidade técnica.
- 16.6. Terminada a análise dos documentos constitutivos das propostas, a Comissão de Avaliação avalia cada Propostas nos termos em que o concorrente se propõe a concorrer.
- 16.7. A Comissão de Avaliação verifica os atributos de cada uma das propostas e a conformação com os factores e subfactores constantes do Caderno de Encargos.

17. Esclarecimentos sobre as Propostas e Exclusão de Propostas

- 17.1. A Comissão de Avaliação pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as Propostas apresentadas que considere necessários para a sua análise e avaliação.
- 17.2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante do concurso, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não os alterem ou completem, nem visem suprir omissões que determinam a respectiva exclusão.
- 17.3. Os esclarecimentos prestados serão notificados a todos os concorrentes.
- 17.4. Serão excluídas todas as Propostas cujos documentos padecem de alguma das causas de exclusão, conforme descritas no artigo 128.º da LCP.
- 17.5. Após análise e avaliação das Propostas, a Comissão de Avaliação elabora um Relatório Preliminar no qual indica a exclusão de Propostas, a não qualificação, assim como, a qualificação dos concorrentes cujas Propostas não padeçam de quaisquer causas de exclusão.

18. Qualificação dos Concorrentes

- 18.1. Para efeito de qualificação, os concorrentes devem cumprir todos os requisitos exigidos no presente programa.
- 18.2. A Comissão de Avaliação pode solicitar a terceiras entidades quaisquer informações ou elementos que considere relevantes para a avaliação das Propostas.
- 18.3. Para efeito de qualificação, os concorrentes devem ter toda documentação válida, conforme exigido no presente programa, e que não se verifique quaisquer causas de exclusão, conforme os impedimentos referidos no artigo 56.º da LCP.

19. Anúncio Prévio de Qualificação

- 19.1. Após a análise e avaliação das propostas, a Comissão de Avaliação elabora o Relatório Preliminar fundamentado sobre o mérito das mesmas, onde consta o projecto de decisão final a notificar aos concorrentes, com vista à preparação do Concurso.
- 19.2. Do relatório preliminar poder ainda constar a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 82.º da LCP.
- 19.3. Elaborado o Relatório Preliminar referido no ponto anterior, a Comissão de Avaliação notifica o concorrente do resultado da sua própria Proposta, dando oportunidade para que os concorrentes não qualificados se pronunciem quanto à decisão.

20. Prazo de reclamação

- 20.1. As reclamações atinentes ao relatório preliminar de selecção dos concorrentes ao Concurso devem ser entregues até 5 (cinco) dias após a data de notificação, no endereço e horário de funcionamento indicado no ponto 2.1. do presente Programa de Concurso para apreciação da Comissão de Avaliação.

21. Relatório Final de Qualificação

- 21.1. Cumprido o disposto no número anterior, a Comissão de Avaliação elabora o Relatório Final fundamentado no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas na reclamação, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar de Qualificação.
- 21.2. No caso de o relatório previsto no número anterior implicar a alteração da proposta de exclusão de uma ou mais concorrentes ou da proposta de qualificação ou de não qualificação de concorrentes, a Comissão de Avaliação procede à um novo Anúncio Prévio nos termos previstos no ponto anterior, aplicando-se depois o disposto no presente ponto.
- 21.3. Elaborado o relatório final, a Comissão de Avaliação notifica os concorrentes cujas propostas foram seleccionadas, servindo o mesmo como convite para apresentação da sua Proposta Financeira como confirmação da sua participação no Concurso.
- 21.4. Os qualificados devem enviar a sua Proposta Financeira dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da notificação.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA**22. Forma e Modo de Apresentação da Proposta Financeira**

- 22.1. A proposta financeira, bem como os documentos que a constituem, devem ser apresentados em duplicado, encerrados em invólucro opaco, fechado e lacrado, em cujo rosto se deve escrever a palavra “Proposta Financeira” e o nome ou a denominação do concorrente em conformidade com os modelos de apresentação constante do [Anexo A](#).
- 22.2. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, no caso de não o ser, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência sobre os originais.
- 22.3. O valor de licitação inserido na Proposta Financeira deve ser expresso na moeda nacional (Kwanzas). No caso de propostas em moeda estrangeira, rege o valor convertido a taxa cambial de referência do dia da apresentação da Proposta.
- 22.4. A proposta se manterá inviolada, sendo somente aberta na Sessão do Acto perante todos os concorrentes.

23. Assinatura da Proposta

- 23.1. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada pelo representante, juntar-se-á documento, que confira, a este último, poderes para o efeito;
- 23.2. No caso de associação ou agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, pelos representantes de cada um dos associados, ou pelo representante, juntando-se o documento que lhe confira poderes para o efeito.

24. Prazo de Apresentação das Propostas

- 24.1. As propostas devem ser entregues, até às 17:00 do dia 30 de Março de 2024, no endereço e horário de funcionamento indicado no ponto 2.1. do presente Programa do Concurso.

ACTO PÚBLICO

Formalidade do Acto Público

- 24.2. No Acto Público é informado os critérios financeiros e técnicos definido pela Entidade Adjudicante.
- 24.3. A Comissão de Avaliação dá início ao Acto Público identificando o procedimento, as datas de publicação dos anúncios e dos avisos relativos aos esclarecimentos que terão sido prestados.
- 24.4. De seguida, procede à leitura da lista dos concorrentes por ordem de entrada dos sobrescritos.
- 24.5. Posteriormente, são abertos os sobrescritos relativos aos documentos da Proposta, mantendo-se inviolados os documentos constitutivos da proposta financeira.
- 24.6. Ao Acto Público pode assistir qualquer interessado, apenas nele intervindo os proponentes ou seus representantes desde que devidamente credenciados e nos seguintes termos:
- 24.6.1. Apresentar reclamações, sempre que seja cometida, no próprio acto, qualquer infração à legislação aplicável ou ao presente Programa;
- 24.6.2. Apresentar reclamações contra a admissão de qualquer outro proponente ou contra a sua própria exclusão ou da entidade que representam;
- 24.6.3. Examinar a documentação apresentada durante um período razoável a fixar pela Comissão;
- 24.7. As deliberações da Comissão de Avaliação, tomadas no âmbito do Acto Público, são notificadas aos concorrentes, no próprio acto, não havendo lugar a qualquer outra forma de notificação, ainda que não estejam presentes ou representados no referido acto, os destinatários das mesmas deliberações.
- 24.8. Em qualquer momento o presidente da Comissão pode interromper o Acto Público, fixando de imediato a hora e o dia da sua continuação, devendo justificar os motivos por que o faz.

25. Critério de Adjudicação

26.1. Na avaliação das propostas dos concorrentes que se apresentem ao concurso, será adjudicada segundo o critério da proposta tecnicamente mais viável aos objectivos pretendidos e economicamente mais vantajosa para a operacionalização do Activo, conjugado com a estratégia de gestão a médio e longo prazo.

26.2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, a Entidade Adjudicante adjudicará o contrato de cessão de exploração do estaleiro naval da Paenal, com base nos seguintes critérios:

- a. Capacidade para financiar a reestruturação do Activo, mediante alocação de capitais próprios ou com recurso a banca nacional e internacional;
- b. Experiência no negócio de construção, reconversão, reabilitação, manutenção e reparação de navios;
- c. Experiência na gestão de estaleiros navais para os navios de pequeno, médio e grande porte.

26. Publicação dos Documentos

26.1. A Comissão de Avaliação tornará público os documentos de habilitação apenas ao concorrente vencedor.

27. Recursos administrativos

27.1. Os recursos administrativos previstos na LCP deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação da decisão.

ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**28. Adjudicação do Contrato**

28.1. Constatado atendimento das condições de habilitação e classificação pelo Concorrente declarado vencedor (Adjudicatário) ou não, a Comissão de Avaliação encaminhará o Relatório Final de Adjudicação à Entidade Adjudicante para a sua homologação e adjudicação.

29. Causas de Não Adjudicação

29.1. Não há lugar a adjudicação, nos termos do concurso, quando se verificarem uma das seguintes causas abaixo indicadas:

- 29.1.1. Quando todos os concorrentes tenham sido excluídos;
- 29.1.2. Quando nenhuma oferta dos concorrentes satisfaça o preço de reserva;
- 29.1.3. Quando, por circunstância imprevista, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do concurso após o termo do prazo para apresentação dos documentos;
- 29.1.4. Quando a Entidade Adjudicante imponha o adiamento do concurso por prazo não inferior a um ano;
- 29.1.5. Quando a Entidade Adjudicante perca o interesse em celebrar o contrato, em virtude da ocorrência de circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de adjudicar;
- 29.2. A decisão de anulação do Concurso é fundamentada e deve ser comunicada por escrito a todos os concorrentes.
- 29.3. Em caso de não adjudicação por razões e fundamentos referidos no ponto 30.1.5., dar-se-á abertura a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses, a contar da data de notificação da decisão de não adjudicação.
- 29.4. No caso referido no ponto 33.1.6. a Entidade Adjudicante, após recepção formal do Relatório Final de Adjudicação, determinará o encerramento do procedimento no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da recepção da oferta financeira do Preferente, notificando os concorrentes, caso existam, de facto.
- 29.5. No caso de o fundamento da não adjudicação ser o previsto no ponto 33.1.4 do presente Programa, a Entidade Adjudicante é obrigada a fixar o prazo do adiamento na notificação aos concorrentes, devendo lançar um novo concurso no prazo fixado.

30. Caducidade da Adjudicação

- 30.1. A Adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:
 - 30.1.1. Não preste a tempo e nos termos exigidos no presente Programa do Concurso a caução definitiva;

30.1.2. Não compareça no dia, na hora e no local fixados para a outorga do contrato;

30.1.3. No caso de o Adjudicatário ser uma associação, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 55.º da Lei dos Contratos Públicos.

30.2. Nos casos previstos nos pontos anteriores, o Adjudicatário perde a caução prestada a favor da Entidade Adjudicante, devendo este adjudicar a proposta ordenada em lugar.

31. Contrato

31.1. O contrato deve ser reduzido por escrito.

31.2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito não serão da responsabilidade do Adjudicatário.

32. Minuta de Contrato

32.1. A Entidade Adjudicante deve aprovar a minuta do Contrato e submetê-la ao Adjudicatário ou ao Preferente, nos termos do Direito de Preferência do(s) Activo(s), cujo conteúdo deve estar em conformidade com o disposto no artigo 110.º da Lei dos Contratos Públicos.

32.2. O Adjudicatário ou o Preferente devem pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a sua recepção, equivalendo o silêncio à aceitação tácita.

32.3. São admissíveis reclamações à minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que servem de base ao presente concurso.

32.4. Em caso de reclamação, Entidade Adjudicante deve prestar os esclarecimentos no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da recepção da reclamação.

33. Celebração e Outorga do Contrato Escrito

33.1. O contrato deve ser celebrado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da aceitação da respectiva minuta ou decisão sobre a reclamação da

minuta do contrato, devendo ser notificado do dia, data, hora e local da outorga do Contrato.

34. Contagem dos Prazos

34.1. Os prazos previstos no presente Programa contam-se em dias úteis, suspendendo-se aos sábados, domingos e dias feriados.

34.2. Os prazos fixados para a apresentação das Propostas são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

35. Foro competente

35.1. Para todas as questões emergentes do presente programa será competente o Tribunal da Comarca de Luanda.

36. ANEXOS

ANEXO A**Informação obrigatória a constar nos invólucros que contêm a proposta**

A-1 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em invólucro opaco, fechado e lacrado, identificado do seguinte modo:

<p>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO [indicação da Comissão de Avaliação] [indicar designação do concurso] [nome do Concorrente]</p>
--

A-2 — Os invólucros referidos nos números anteriores devem ser guardados num outro invólucro, igualmente opaco, fechado e lacrado, identificado do seguinte modo:

<p>[indicar da Comissão de Avaliação] [indicar designação do concurso] [NÃO ABRIR ANTES DO ACTO PÚBLICO]</p>
--

ANEXO B**Modelo de declaração de identificação**

[nome, número de documento de identificação e morada¹], na qualidade de representante legal de... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], com sucursais em [indicar locais], adstritas à execução do Contrato a celebrar, é composta pelos seguintes órgãos sociais:

1. [indicar órgãos e os membros dos mesmos]

Mais declara que a presente Sociedade foi constituída em [data], tendo ocorrido as seguintes alterações sociais, conforme Pacto Social que se anexa à presente Declaração:

2. [indicar alterações]

Por ser verdade, vai a presente Declaração devidamente assinada e legalizada pelos membros desta Sociedade com poderes para o presente acto.

[Local, data e assinatura]

¹ Pessoa singular indica o nome, número de contribuinte, número de bilhete de identidade, estado civil e domicílio
Pessoa colectiva indica o nome, número de pessoa colectiva, denominação social.

ANEXO C**Modelo de declaração de ausência de impedimentos por parte do Concorrente**

[nome, número de documento de identificação e morada²], na qualidade de representante legal de... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, que:

1. Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga ou tenham o respectivo processo pendente;
2. Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência, e estes se encontrem em efectividade de funções;
3. Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido objecto de aplicação daquela sanção administrativa, os titulares dos seus órgãos de administração, direcção ou gerência, e estes se encontrem em efectividade de funções;
4. Tem a sua situação jurídica integralmente regularizada;
5. Tem a sua situação regularizada relativa à contribuições para a segurança social;
6. Tem a sua situação regularizada relativamente às suas obrigações fiscais.

[Local, data e assinatura]

² Única pessoa indica o nome, número de contribuinte, número de bilhete de identidade, estado civil e domicílio.

Pessoa colectiva indica o nome, número de pessoa colectiva, denominação social.

ANEXO D.

Modelo de Autorização de Pesquisa de Informação

[Indicar nome, número de documento de identificação e morada³], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], autorizamos a Comissão de Avaliação do concurso público de [Identificar o objecto do procedimento] e a Entidade Adjudicante [da [Identificação da Entidade Adjudicante], a seu critério, solicitar e obter directamente das entidades relacionadas nas referências fornecidas pelo Concorrente, todas as informações necessárias à avaliação da sua capacidade financeira e experiência, para o efeito de qualificação no processo de avaliação da proposta.

[Local, data e assinatura]

³ Única pessoa indica o nome, número de contribuinte, número de bilhete de identidade, estado civil e domicílio.
Pessoa colectiva indica o nome, número de pessoa colectiva, denominação social.

ANEXO E.**Modelo de declaração de aceitação**

[nome, número de documento de identificação e morada⁴], na qualidade de representante legal de... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos e do Programa do Concurso na sequência do Concurso Público [designação ou referência ao concurso em causa] para [Identificação do Activo e dos interesses participativos a serem adquiridos], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada aceita os termos e condições do Caderno de Encargos e do Programa do Concurso, obrigando-se a executar em conformidade com o conteúdo do mencionado, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

[Local, data e assinatura]

⁴ Única pessoa indica o nome, número de contribuinte, número de bilhete de identidade, estado civil e domicílio.
Pessoa colectiva indica o nome, número de pessoa colectiva, denominação social.